

Estudo Técnico Preliminar 32/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

2.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

2.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2.3. No presente documento será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a lei nº 14.133, o Decreto Municipal nº. 023/2023 e demais legislações vigentes.

3. Descrição da necessidade

3.1. O presente estudo visa analisar a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal em adquirir medicamentos destinados a atender a Farmácia Básica Municipal e Unidades Básicas de Saúde, dentro da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

3.2. A Secretaria Municipal de Saúde, através da Assistência Farmacêutica, busca como propósito maior, atender as necessidades de fornecimento de medicamentos farmacológico para distribuição gratuita, garantindo à população o acesso sensato a medicamentos essenciais e complementares de qualidade, em todos os níveis de atenção à saúde, cuidando de promover o seu uso coerente e a humanização do atendimento prestado aos seus usuários.

3.3. A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), estabelece os medicamentos que devem ser disponibilizados pelo Município à População, em atendimento aos regramentos do SUS, caracterizando quais os medicamentos serão adquiridos e distribuídos pelo Município.

3.4. O processo de adquirir e distribuir medicamentos à população decorre do disposto no artigo 196 e seguintes da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, cria o sistema único de saúde e determina as diretrizes de sua organização, de modo que o interesse público fica caracterizado de forma evidente.

3.5. O presente estudo visa analisar a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal em adquirir medicamentos destinados a atender a Farmácia Básica Municipal e Unidades Básicas de Saúde, dentro da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

3.6. A Secretaria Municipal de Saúde, através da Assistência Farmacêutica, busca como propósito maior, atender as necessidades de fornecimento de medicamentos farmacológico para distribuição

gratuita, garantindo à população o acesso sensato a medicamentos essenciais e complementares de qualidade, em todos os níveis de atenção à saúde, cuidando de promover o seu uso coerente e a humanização do atendimento prestado aos seus usuários.

3.7. A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), estabelece os medicamentos que devem ser disponibilizados pelo Município à População, em atendimento aos regramentos do SUS, caracterizando quais os medicamentos serão adquiridos e distribuídos pelo Município.

3.8. O processo de adquirir e distribuir medicamentos à população decorre do disposto no artigo 196 e seguintes da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, cria o sistema único de saúde e determina as diretrizes de sua organização, de modo que o interesse público fica caracterizado de forma evidente.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	ROSANA MARIA DA SILVA
FARMACIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Valeria Cristina D. da Cruz Fernandes Camilo - Farmacêutica

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Trata-se de uma aquisição de material de consumo, a ser contratado mediante licitação nos termos da lei 14.133/21 e decreto municipal nº 023/2023.

5.2. O licitante deverá apresentar além da qualificação técnica as demais exigências constantes no edital, onde serão avaliados pontos de habilitação jurídica, trabalhista, fiscal, e qualificação econômico financeira.

5.3. As aquisições de medicamentos são costumeiramente realizadas pelo Município através do Sistema de Registro de Preços, o que possibilita ao município solicitar os medicamentos conforme sua necessidade e programação, de forma fracionada, ao longo do prazo de vigência da ata de registros, pois não dispõe de espaço suficiente para estocar toda a medicação.

5.4. O modelo de aquisição se mostra eficiente, não havendo, nesse momento, razões para alteração.

5.5. Assim, para atender a esta demanda, a futura e eventual fornecedora deverá cumprir com alguns requisitos indispensáveis para o cumprimento eficiente do “contrato”, dos quais destacamos:

- a) Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Farmácia – CRF;
- b) Autorização de Funcionamento emitida pela Anvisa;
- c) Autorização Especial de Funcionamento emitida pela Anvisa – para os medicamentos sujeitos a Controle Especial;
- d) Registro do medicamento na Anvisa;

e) Certificado de Responsabilidade Técnica, emitido pelo Conselho de Classe responsável ou por Órgão do Ministério da Saúde competente, que identifique de forma clara os dados da empresa e do responsável técnico;

f) Alvará Sanitário emitido por Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do alvará sanitário;

g) Possibilidade de entregar os medicamentos solicitados no prazo de 15 dias após o envio da solicitação;

h) Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses ou garantia do fornecedor a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado sem custo a administração.

i) Capacidade de fornecer medicamento com prazo de validade de 12 meses;

j) Em caso de enviar os medicamentos, em caixas secundárias, devem identificar o quantitativo de unidades de medicamentos contidos nestas embalagens secundárias, a fim de evitar o recebimento de quantitativo diverso do solicitado na entrega.

k) Entregar os medicamentos solicitados cumprindo estritamente o quantitativo requerido, a fim de evitar o vencimento dos medicamentos, e a falta de abastecimento.

5.6 A licitante vencedora, após firmar compromisso com o município ficará obrigada a cumprir com todos os requisitos estabelecidos no presente estudo, sob pena de ser notificada e, diante da permanência do descumprimento, ficar sujeita às penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Durante o levantamento de mercado para a aquisição de medicamentos, foram realizadas pesquisas de preços e analisadas as formas de licitação adotadas por outros órgãos públicos. Constatou-se que a maioria dos órgãos públicos realiza a licitação de medicamentos por item, permitindo maior flexibilidade na aquisição de cada medicamento específico conforme a necessidade. Além disso, a licitação por item facilita a adequação das compras ao orçamento disponível, garantindo a aquisição eficiente e econômica dos medicamentos necessários.

6.2. Os municípios de que realizaram licitação de medicamentos no ano de 2024, conforme pesquisa no sistema RADAR TCE – MT (Lista em anexo):

Município	Tipo de Licitação
Itauba	Pregão Eletrônico
Confresa	Pregão Eletrônico
Juruena	Pregão Eletrônico

Diamantino	Pregão Eletrônico
Itiquira	Pregão Eletrônico
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires	Pregão eletrônico
Pontes e Lacerda	Pregão Presencial
Nova Monte Verde	Pregão Eletrônico
Nova Bandeirantes	Pregão Eletrônico
Mirassol D'Oeste	Pregão Eletrônico
Campo Verde	Pregão Eletrônico
Aripuana	Pregão Eletrônico
Nova Olímpia	Pregão Eletrônico
Alta Floresta	Pregão Eletrônico
Nova Xavantina	Pregão eletrônico
Alto Taquari	Pregão Eletrônico
Figueirópolis D'Oeste	Dispensa de Licitação
Rondolandia	Pregão Eletrônico
Varzea Grande	Dispensa de Licitação
Nova Santa Helena	Dispensa de Licitação;

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Considerando a necessidade apresentada e de acordo com o art. 6º da Lei 14.133/2021, o objeto a ser contratado é classificado como material de consumo. A aquisição será por meio da

seleção mais vantajosa para a instituição, ou seja, no menor preço desde que atendidos os critérios técnicos do medicamento. A aquisição será por meio da seleção mais vantajosa para a instituição, ou seja, no melhor preço desde que atendidos os critérios técnicos do medicamento.

7.2. Sugere-se, portanto, que a contratação seja procedida na modalidade **Pregão Eletrônico** e, após o certame, seja utilizado o Sistema de Registro de Preços. Esse sistema é considerado mais conveniente para a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou para a contratação de serviços que são remunerados por unidade de medida, seja por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

A Lei nº. 14.133 determina que a fase de planejamento deve incluir a análise da possibilidade de efetuar o registro de preços:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

II - Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

O Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços, determina que o SRP será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - Quando, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Na hipótese de obras e serviços de engenharia, dispõe o artigo 4º do referido Decreto Municipal que:

Art. 4º Os órgãos e entidades poderão contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, e se demonstre a necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado.

7.3. Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de apontada e as disposições regulamentares, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades estimadas são baseadas em estudos preliminares que consideram as demandas epidemiológicas, a sazonalidade, demandas reprimidas e o perfil de prescritores. Essa estimativa foi elaborada com base na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME/2023/2024), que recentemente passou por uma atualização com a inclusão de novos medicamentos, conforme Anexo I.

8.2. Na análise dos quantitativos, foram considerados relatórios de consumo dos últimos 12 meses, conforme relatório (em anexo) do sistema CELK - Saúde, com a inclusão de uma margem adicional de 10% sobre o quantitativo distribuído. No entanto, o quantitativo final resultante dessa análise ficou fracionado, o que impossibilita a licitação, visto que empresas não possuem autorização da ANVISA para o fracionamento, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 80, de 11 de Maio de 2006, onde se instituiu o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos.

Capítulo V – DO FRACIONAMENTO:

"Art. 10 - O procedimento de fracionamento de medicamentos de que trata esta resolução é privativo de farmácias e drogarias devidamente regularizadas junto aos órgãos de vigilância sanitária competentes."

8.3. Considerando que o consumo dos medicamentos está sujeito a grandes variações de demanda devido aos períodos de sazonalidade, as quantidades finais a serem adquiridas serão definidas conforme o valor total disponível para a licitação, e não necessariamente de acordo com o valor sugerido. Essa abordagem visa garantir o melhor uso dos recursos públicos.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.346.024,98

9.1. A estimativa do preço da contratação é de R\$ 2.346.024,98 (dois milhões e trezentos e quarenta e seis mil e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos), obtida conforme consta no anexo I, com base na mediana das contratações de outros municípios disponíveis no RADAR TCE-MT.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A aquisição de medicamentos envolve uma vasta gama de produtos com características técnicas distintas, que podem variar em termos de composição, forma farmacêutica, dosagem e finalidade terapêutica. O parcelamento permite que os itens sejam adquiridos conforme suas especificidades, garantindo a melhor adequação às necessidades da população e a eficiência no processo de aquisição.

10.2. A aquisição parcelada facilita a gestão do estoque de medicamentos, permitindo um controle mais efetivo das quantidades necessárias ao longo do período de vigência do contrato. Dessa forma, evita-se o desabastecimento de itens essenciais e minimiza-se o risco de perdas por vencimento ou obsolescência, otimizando o uso dos recursos públicos.

10.3. A Lei nº 14.133/2021 permite o parcelamento como uma prática que visa atender ao interesse público de forma eficiente e econômica, desde que justificada a necessidade. A presente justificativa atende a esse requisito, assegurando que a aquisição de medicamentos seja realizada de forma a maximizar os benefícios para a Administração Pública e a sociedade.

10.4. Portanto, com base nos argumentos apresentados, conclui-se que o parcelamento da aquisição dos medicamentos é a estratégia mais adequada, assegurando a observância dos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos dos serviços da saúde; coleta dos tipos de lixo classificados como “A, B & E, que incluem o recolhimento de possíveis medicamentos vencidos ou que tiveram embalagens acidentalmente violados.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir o referido plano, todavia, encontra-se alinhada ao objetivo.

12.2. Na lei orçamentária anual referente ao ano 2024, também foram fixadas as despesas para a contratação, no item 10.303.2058.2211- Material de Consumo.

12.3. Havendo a necessidade de complementação do saldo orçamentário o Gestor Municipal solicitará a suplementação ao setor de contabilidade;

12.4. Em anexo o saldo da dotação orçamentaria atualizado, quanto ao bloqueio dos valores este é realizado pelo departamento contábil, mediante solicitação.

12.5. Desse modo, embora não se tenha elaborado um plano de contratações anual, a despesa encontra-se alinhada com o planejamento orçamentário do Município;

12.6. Contudo, a previsão no PCA serve para demonstrar o alinhamento da contratação com o planejamento orçamentário da administração, então, como não temos PCA, devemos demonstrar, nas peças de planejamento orçamentário, a contratação se encaixa. No caso, utilizamos o PPA e a LOA, evidenciando a previsão no QDD.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Pretende-se com a presente aquisição manter o abastecimento da Farmácia Municipal para o fornecimento de medicamento aos pacientes oriundos das Unidades Básicas de Saúde sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde, observando a eficiência na aquisição e na distribuição.

13.2. Também faz parte dos resultados, obter preços vantajosos, razão pela qual se adota um preço de referência praticado no mercado pela Administração Pública e se realiza a licitação possibilitando buscar o menor preço possível.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Verificar se os profissionais responsáveis pela dispensação informam regularmente a Administração sobre os medicamentos que não estão presentes na licitação, mas que são frequentemente solicitados pelos pacientes.

14.2. Instruir os profissionais a criar e manter uma planilha específica para registrar esses medicamentos. A planilha deve incluir informações como o nome do medicamento, a quantidade solicitada, a frequência de solicitações, e o motivo pelo qual o medicamento não está disponível na licitação.

14.3. Estabelecer um cronograma para a revisão periódica dessa planilha, a fim de avaliar a necessidade de incluir esses medicamentos em futuras licitações ou adotar outras medidas para atender à demanda reprimida.

14.4. Verificar se a Farmácia é dotada de mobiliário suficiente, com licença de funcionamento, alvará de funcionamento, autorização de funcionamento e autorização de funcionamento especial emitidos pela ANVISA;

14.5. Verificar se o sistema de gestão utilizado é adequado para realizar o controle de estoque, permitindo controlar os quantitativos existentes e os necessários, com as solicitações de novas entregas em prazos oportunos, bem como controle da validade dos medicamentos;

14.6. Verificar se é realizado adequadamente o registro de busca por medicamentos não disponíveis na Farmácia ou na licitação (demanda reprimida).

14.7. Verificar se os responsáveis pela dispensação possuem adequado registro de classe.

14.8. A equipe de planejamento conclui que as providências prévias a serem adotadas não impedem o processamento da licitação, que pode acontecer simultaneamente com a tomada de providências.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. O descarte de medicamentos mostra-se como um grande desafio para a gestão pública, de modo que a correta destinação dos Resíduos Sólidos de Saúde é responsabilidade do gerador do resíduo.

15.2. O descarte de medicamentos deve ser feito em pontos de coleta específicos, para serem posteriormente encaminhados à destinação final ambientalmente correta.

15.3. Neste sentido, há o correto direcionamento dos resíduos para o devido tratamento e descarte.

15.4. Medicamentos não usados ou vencidos são resíduos químicos segundo a ANVISA, e na NBR 10004 a qual classifica os resíduos conforme sua periculosidade, medicamentos são resíduos de Classe 1 – Perigosos devido sua Toxicidade, com potencial de causar efeitos adversos em virtude da sua interação com o organismo seja por ingestão, inalação ou absorção através da pele.

15.6. O município possui contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos dos serviços da saúde; coleta dos tipos de lixo classificados como “A, B & E”.

15.7. Na RDC nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº. 358/2005, mencionam, portanto, que, é de inteira responsabilidade do estabelecimento de saúde ter seu próprio sistema de gestão, desde a geração a disposição final. Estabelecendo que medicamentos são resíduos de classificação B, grupo que inclui as substâncias químicas que demonstra risco ao meio ambiente à saúde pública conforme suas particularidades (toxicidade, corrosividade, inflamabilidade e reatividade).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Após a realização dos estudos preliminares, foi constatado que a contratação da solução proposta para a aquisição de medicamentos se revela tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Tal contratação visa assegurar a obtenção de medicamentos de qualidade, com condições de preço e entrega que melhor atendam às necessidades da população assistida pela Farmácia Municipal.

16.2. Os estudos de mercado e as análises de consumo realizados demonstraram que a aquisição dos medicamentos é essencial para a manutenção dos serviços de saúde pública, garantindo o atendimento contínuo e eficaz aos usuários. Dessa forma, a contratação aqui proposta é a opção mais vantajosa para a Administração Pública, sendo imprescindível para assegurar o fornecimento regular e eficiente dos medicamentos, conforme as especificações técnicas e quantitativas levantadas.

16.3. Portanto, considerando as exigências legais e a necessidade de suprir a demanda da população, a contratação da solução descrita é plenamente viável e justificada, cumprindo os requisitos estabelecidos para a garantia de um serviço de saúde de qualidade.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA CLEIDE DA CONCEICAO

Agente Administrativo - Mtrícula: 3359



Assinou eletronicamente em 30/08/2024 às 15:43:56.

ROSANA MARIA DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde - Portaria nº 532/2022



Assinou eletronicamente em 30/08/2024 às 15:51:03.

VALERIA CRISTINA DANTAS DA CRUZ FERNANDES CAMILO

Farmaceutica



Assinou eletronicamente em 30/08/2024 às 15:48:30.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MUNICIPIOS QUE LICITARAO MEDICAÇÃO 2024.pdf (524.62 KB)
- Anexo II - COTAÇÃO 1.pdf (5.36 MB)
- Anexo III - COTAÇÃO 2.pdf (5.2 MB)
- Anexo IV - COTAÇÃO 3.pdf (5.68 MB)
- Anexo V - COTAÇÃO 4.pdf (5.22 MB)
- Anexo VI - COTAÇÃO 5.pdf (5.25 MB)
- Anexo VII - COTAÇÃO 6.pdf (5.23 MB)
- Anexo VIII - COTAÇÃO 7.pdf (5.21 MB)
- Anexo IX - COTAÇÃO 8.pdf (5.19 MB)
- Anexo X - COTAÇÃO 9.pdf (5.17 MB)
- Anexo XI - COTAÇÃO 10.pdf (5.14 MB)
- Anexo XII - COTAÇÃO 11.pdf (4.65 MB)
- Anexo XIII - Relatorio Saldo de Medicamentos.pdf (194.34 KB)
- Anexo XIV - Relaçãode Despesas.pdf (67.7 KB)
- Anexo XV - REMUME 2024.pdf (2.19 MB)
- Anexo XVI - ITENS MEDICAMENTOS.pdf (3.56 MB)
- Anexo XVII - Relatorio_Consumo_dos_Produtos (1).pdf (85.94 KB)
- Anexo XVIII - DECLARAÇÃO DE SALDO E DOTAÇÃO - POSTERGADO.pdf (140.44 KB)

PARECER DE APROVAÇÃO DO ETP 029/SMS/VBST/2024

EMENTA: Pregão Eletrônico . Na modalidade. De Registro de Preço, do tipo presencial. Objeto de análise do ETP 029/SMS/VBST/2024. **APROVADO.**

1. RELATÓRIO

Veio encaminhado a esta Secretaria de Planejamento o Estudo Técnico Preliminar (ETP) 029/SMS/VBST/2024 para Aquisição de medicamentos no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, a fim de avaliação e aprovação, em atendimento ao §3º, do art. 16, do Decreto Municipal 023/2023 e ao art. 5º do Decreto Municipal 017/2023.

2. DA ANÁLISE

Em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal 023/2023 e no 017/2023, quanto as exigências das eventuais contratações a ser realizadas por esta Administração referente aos alinhamentos indispensáveis a serem feitos com a Secretaria Municipal de Planejamento, segue as análises destes requisitos do ETP 029/SMS/VBST/2024.

Assim, os processos licitatórios deverão observar as diretrizes e conter as informações conforme os termos do Decreto Municipal 023/2023, dos quais destacados a seguir:

Art. 5º O ETP deverá estar alinhado com as Leis Orçamentárias, com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, com logísticas de sustentabilidade ambiental e social, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

[...]

Art. 8º Tendo por base o Plano de Contratações Anual, se elaborado, ou o interesse público a ser satisfeito, deverão ser registrados no ETP físico ou digital os seguintes elementos:

[...]

IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, se elaborado, ou em outras peças de planejamento da Administração, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

Em consonância ao descrito acima, há, também, no artigo 5º, do Decreto Municipal 017/203:

Art. 5º - O estudo técnico preliminar que se refere alínea "a", I, do art. 1º deste Decreto, deverá ser revisado e ratificado pela Secretaria

Municipal de Planejamento, como requisito de admissibilidade para o Departamento de Processamento Licitatório iniciar a montagem do processo.

Destarte, ao analisar o objeto do ETP 029/SMS/VBST/2024 e verificado as exigências descritas nos Decretos Municipais 017/2023 e 023/2023 quanto as eventuais contratações a serem feitas por esta administração, verifica-se cumprido os requisitos descritos à luz do princípio do planejamento. Portanto, esta Secretaria aprova o ETP, nos limites de sua competência e em conformidade aos dispositivos legais citados neste parecer.

3. CONCLUSÃO

Contudo, dentro do que compete a avaliação da Secretária de Planejamento, Aprovo o ETP 029/SMS/VBST/2024.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 23 de Setembro de 2024.



Ana Cristina S. Sousa Schaedler
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	989109-PREF.MUN.DE VL BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	MARCIA CLEIDE DA CONCEICAO	30/08/2024 15:51 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		32/2024

1. Condições gerais da contratação

- 1.1.** Aquisição de medicamentos, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da homologação da ATA de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.** Esta contratação possui caráter continuado, pois a distribuição de medicamentos é uma necessidade recorrente para o município, especialmente para atender a demanda das unidades básicas de saúde e dos pacientes que procuram a Farmácia Básica Municipal.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

- 2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do EstudoTécnico Preliminare nº 32/2024, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2.** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, pois não possui o referido plano. Porém está incluso ao PPA e a LOA, evidenciando a previsão no QDD. O recurso destinado a Material de Consumo, pode ser utilizado para custear o presente objeto

3. Descrição da solução como um todo

- 3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos. Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. Trata-se de uma aquisição de material de consumo, a ser contratado mediante licitação nos termos da lei 14.133/21 e decreto municipal nº 023/2023.

4.2. O licitante deverá apresentar além da qualificação técnica as demais exigências constantes no edital, onde serão avaliados pontos de habilitação jurídica, trabalhista, fiscal, e qualificação econômico financeira.

4.3. As aquisições de medicamentos são costumeiramente realizadas pelo Município através do Sistema de Registro de Preços, o que possibilita ao município solicitar os medicamentos conforme sua necessidade e programação, de forma fracionada, ao longo do prazo de vigência da ata de registros, pois não dispõe de espaço suficiente para estocar toda a medicação.

4.4. O modelo de aquisição se mostra eficiente, não havendo, nesse momento, razões para alteração.

4.5. Assim, para atender a esta demanda, a futura e eventual fornecedora deverá cumprir com alguns requisitos indispensáveis para o cumprimento eficiente do “contrato”, dos quais destacamos:

a) Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Farmácia – CRF;

b) Autorização de Funcionamento emitida pela Anvisa;

c) Autorização Especial de Funcionamento emitida pela Anvisa – para os medicamentos sujeitos a Controle Especial; d) Registro do medicamento na Anvisa;

d) Registro do medicamento na Anvisa;

e) Certificado de Responsabilidade Técnica, emitido pelo Conselho de Classe responsável ou por Órgão do Ministério da Saúde competente, que identifique de forma clara os dados da empresa e do responsável técnico;

f) Alvará Sanitário emitido por Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do alvará sanitário;

g) Possibilidade de entregar os medicamentos solicitados no prazo de 15 dias após o envio da solicitação;

h) Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses ou garantia do fornecedor a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado sem custo à administração;

i) Capacidade de fornecer medicamento com prazo de validade de 12 meses;

j) Em caso de enviar os medicamentos, em caixas secundárias, devem identificar o quantitativo de unidades de medicamentos contidos nestas embalagens secundárias, a fim de evitar o recebimento de quantitativo diverso do solicitado na entrega.

k) Entregar os medicamentos solicitados cumprindo estritamente o quantitativo requerido, a fim de evitar o vencimento dos medicamentos, e a falta de abastecimento. A licitante vencedora, após

firmar compromisso com o município ficará obrigada a cumprir com todos os requisitos estabelecidos no presente estudo, sob pena de ser notificada e, diante da permanência do descumprimento, ficar sujeita às penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A empresa contratada deverá fornecer os medicamentos listados de acordo com a descrição, quantidades e no prazo, conforme solicitação realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.2. O prazo de entrega dos medicamentos será de no máximo 15 (quinze) dias contados após recebimento da Ordem de Fornecimento, sob pena de incorrer na inexecução parcial ou total da ATA de Registro de Preço.

5.3. O prazo da validade dos medicamentos deverá ser igual ou superior à 12 meses, contados a partir da data prevista de entrega;

5.4. A empresa deverá realizar a entrega dos itens conforme as Ordens de Fornecimentos emitidas, dentro do prazo definido. Sendo rejeitado o recebimento dos itens que não estiverem dentro dos padrões estabelecidos no edital e no presente termo de referência.

5.5. Os itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número do Contrato, da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote. Não serão recebidos medicamentos que apresentem prazo de vida útil/validade inferior a 12 meses.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise

do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art.140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art.21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORM, ATIVA Nº 3DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2 Exigências de habilitação

Habilitação Jurídica

8.3. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI ou Sociedade Limitada Unipessoal – SLU (Lei nº 14.195, de 2021), ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4 As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos sócios e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) alvará de localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

8.5. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

8.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

Qualificação Técnica

8.8. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado onde ateste que a licitante já tenha prestado serviços da mesma natureza do presente edital e que

os mesmos foram entregues de maneira satisfatória quanto à qualidade e prazos, quando emitido por empresa privada o mesmo deverá apresentar firma reconhecida em Cartório.

8.9. Alvará de Funcionamento.

Outros documentos

8.10. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declaração:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- d) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- f) Atestado (s) de capacidade técnica (declaração ou certidão) fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, declarando aptidão para o fornecimento compatível ou semelhante ao objeto desta licitação.
- g) Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Farmácia – CRF;
- h) Autorização de Funcionamento emitida pela Anvisa;
- i) Autorização Especial de Funcionamento emitida pela Anvisa – para os medicamentos sujeitos a Controle Especial;
- j) Comprovação de Responsabilidade Técnica perante o respectivo conselho de classe;
- k) Alvará Sanitário emitido pela Autoridade Sanitária competente.

8.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 2.346.024,98

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.346.024,98 (dois milhões e trezentos e quarenta e seis mil e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Projeto/Atividade: 2.211 – Manutenção da Farmácia Básica

Ficha: 279 – Material de Consumo

Fonte: 1.500 – Recursos não vinculados de impostos

Fonte: 1600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Sus

Fonte: 1621 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Sus

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA CLEIDE DA CONCEICAO

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 30/08/2024 às 15:28:15.

ROSANA MARIA DA SILVA

Secreária Municipal de Saúde



Assinou eletronicamente em 30/08/2024 às 15:51:54.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os itens do objeto do presente processo de licitação para “AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS”, **não constam** em nosso banco de dados homologado/licitado.

Justifica-se desta forma, o procedimento aplicado para aquisição em questão.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 24 de setembro de 2024.



Documento assinado digitalmente

FABIO GONCALVES LIMA

Data: 24/09/2024 09:25:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Gonçalves Lima
Agente Administrativo
Matricula 4011